

Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro Resumo Cronoiconográfico

CARLÔS FRANCISCO MOURA

Do alto de seus 150 anos de existência, o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro ostenta títulos indisputáveis que lhe foram conferidos pela tradição, entre eles, *Instituição-Mãe* e *Alma Mãe* das Associações Portuguesas do Brasil, *Catedral da Cultura Portuguesa do Brasil*, *Sacrário da Luso-Brasilidade*.

Primeira associação fundada no Brasil pelos portugueses depois da Independência, viu, em breves anos, proliferar o movimento associativo da colônia. A maior parte, entretanto, das associações fundadas, com finalidades recreativas, culturais, classistas, religiosas, assistenciais, filantrópicas, regionais, desportivas, ginásticas, musicais etc., não teve longa duração. Das muitas fundadas pelos portugueses no século XIX, poucas chegaram aos nossos dias.

O que distinguiu o Gabinete Português de Leitura foi o sentido de permanência. E não só entre as associações portuguesas. No século XIX foram também fundadas no Rio de Janeiro muitas associações de naturais de outros países que, em sua maioria, não subsistiram.

Atendo-nos apenas às associações bibliográficas, *Gabinetes de Leitura*, verificamos que em 1844 existiam no Rio de Janeiro, além do *Gabinete Português*, mais os seguintes: o *Gabinete Inglês de Leitura*, o *Gabinete Francês de Mlle. Edet*, o *Gabinete Francês e Português de Mongie* e o *Gabinete Francês e Português de Cremière*. Apenas o *Gabinete Português de Leitura* logrou continuidade histórica.¹

¹ Em 1844 o *Gabinete Inglês de Leitura* funcionava na Rua das Violas, nº 55, o *Gabinete Francês de Mlle Edet* na Rua do Ouvidor, 118, o *Gabinete Francês e Português de Mongie* na Rua do Ouvidor, 87, e o *Gabinete Francês e Português de Cremière*, na Rua da Alfândega, 135. O *Gabinete Português de Leitura* funcionava nesse ano na Rua da Quitanda, 55.

Várias associações portuguesas nasceram no *Gabinete Português de Leitura*, entre elas a Sociedade Portuguesa de Beneficência (1840), a Caixa de Socorros D. Pedro V (1863) e a Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras (1931).

Em 1962, por sugestão de Mestre Agostinho da Silva, o Gabinete doou ao Centro Brasileiro de Estudos Portugueses da Universidade de Brasília 960 livros que constituíram o núcleo de importante biblioteca com a qual a cultura portuguesa marcou presença desde os primeiros anos da *Capital da Esperança*.²

De grande prestígio gozou desde o seu princípio o Gabinete junto aos intelectuais e instituições culturais brasileiras. A Academia Brasileira de Letras funcionou, antes de ter sede própria, nas instalações do Gabinete, e o mesmo aconteceu, durante determinado período, com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O Centro de Estudos do Gabinete, criado em 1968/1969, tem uma vasta folha de serviços, promovendo todos os anos cursos com professores portugueses, brasileiros e estrangeiros, com grande frequência de universitários e estudiosos.

Em dezembro de 1976 o Gabinete iniciou a publicação da revista *Convergência*, depois denominada *Convergência Lusíada*, que muito se distinguiu na divulgação da cultura portuguesa e brasileira e alcançou alto conceito junto às instituições culturais dos países de língua portuguesa e do estrangeiro.

O transcurso, neste ano de 1987, ao mesmo tempo, dos 150 anos da fundação do Gabinete e dos 100 anos da inauguração do monumental edifício-sede em estilo neomanuelino tem merecido, como não podia deixar de ser, comemorações excepcionais. Entretanto julgamos que a singularidade da coincidência das duas comemorações, que só vai ocorrer novamente no ano de 2037, quando serão comemorados os 200 anos da fundação e os 150 do edifício, merecia também um outro tipo de comemoração que perdurasse e que fosse para as gerações vindouras uma fonte de referência documental e iconográfica sobre a história do Gabinete nos seus primeiros 150 anos. Uma edição comemorativa que lembrasse, embora em menor escala, a monumental História da Colonização Portuguesa no Brasil, padrão de realização dos portugueses do Brasil da década de vinte.

E se essa é a convicção, mãos à obra, antes mesmo de saber da viabilidade prática do projeto. Esquemáticamente, a obra abrangeria: a) a História do Gabinete desde a fundação até à aquisição dos terrenos para a sede própria; b) a História do edifício-sede, com uma introdução sobre o estilo manuelino e o

² *Fundamentos e Actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, RGPL, Rio de Janeiro, 1977, p. 233.

neomanuelino; c) a atuação do Gabinete, desde a inauguração do edifício-sede (1887) até o ano de 1987.

O início da pesquisa revelou logo material de muito interesse, mas levou à conclusão, também, de que ao autor da idéia, apenas com o entusiasmo que tem por tudo o que diz respeito ao Gabinete, é impossível, pelo menos por agora, terminar a pesquisa iniciada.³

E para que, do ideal sonhado e do trabalho iniciado não fique, no *calor da hora* das comemorações deste ano, ao menos alguma coisa feita, aqui vai este *Resumo Cronoiconográfico*.

1837

14 de maio – Fundação do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, num sobrado a Rua Direita nº 20, residência do advogado português Dr. Antônio José Coelho Louzada. Reza a ata – “Gabinete Português do Rio de Janeiro: Primeira sessão da Assembléia geral dos Acionistas do Gabinete Português de Leitura em o dia 14 de maio de 1837. – Sócios presentes – 43”. Formada a mesa para dirigir os trabalhos, presidida pelo Encarregado de Negócios da Nação Portuguesa, João Batista Moreira, foi designado 1º Secretário Francisco Eduardo Alves Viana, que expôs o estado da Associação, que somava 189 acionistas e 404 ações subscritas. Alves Viana apresentou um projeto de estatuto para a Associação, e sugeriu que, enquanto não fossem aprovados os Estatutos, fosse nomeada uma Comissão. Foram eleitos Presidente o Dr. José Marcelino da Rocha Cabral, 1º Secretário Francisco E. Alves Viana e 2º Secretário José Maria do Amaral Vergueiro. Foi eleita uma comissão para rever e organizar o Projeto dos Estatutos apresentado por Francisco Eduardo Alves Viana. Essa comissão foi formada por José Marcelino da Rocha Cabral, Dr. João Joaquim Pestana, Dr. Almeida e Silva e o autor do projeto, Francisco Eduardo Alves Viana. “Não havendo mais cousa alguma a tratar, o Presidente encerrou a sessão à 1 3/4 horas da tarde. Sala da sessão da Assembléia geral dos Acionistas do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro aos

³ Sem auxílio nenhum e num trabalho escoteiro, comecei a pesquisa e, animado com os bons resultados conseguidos, escrevi para Portugal, solicitando que fizessem o mesmo lá. Havia o risco de enviarem elementos que eu já tivesse conseguido aqui, entretanto preferi correr esse risco e fazer um trabalho mais completo.

14 de Maio de 1837. José Marcelino da Rocha Cabral – Presidente – Francisco E. Alves Viana – Secretário”.

A residência onde se deu essa reunião histórica ficava, como se disse, no sobrado da Rua Direita nº 20. No térreo funcionava a Relojoaria Norris. A Rua Direita é a atual Rua 1ª de Março, próximo à Praça XV, no Centro do Rio de Janeiro. Fernando Monteiro na obra *A Velha Rua Direita* faz referência à relojoaria, e diz que funcionava no antigo nº 27: “Ainda em igual trecho de nossa famosa rua, no antigo nº 27, funcionava a firma Norris, antiga casa Roskell, transferida da rua do Ouvidor, onde seu proprietário, um cidadão inglês, a instalara para venda e conserto de relógios. Norris, de probidade por todos reconhecida, era relojoeiro de Suas Majestades Imperiais” (o.c., p. 66).

O Almanaque Laemert, edição de 1844, cita, entre os relojoeiros da Corte, “Roskell – r. Direita, nº 24” (p. 254). No Suplemento referente ao ano de 1845 cita “Relojoeiros Norris (Roskell), r. Direita, 24” (p. 308). Na edição de 1846 volta a repetir o mesmo, e na de 1870 registra – “Norris & do Couto, r. Direita 24, únicos agentes de Rob. Roskell e John Poob.” (p. 677).

1840

O Gabinete Português de Leitura funciona no sobrado do prédio nº 83 da antiga Rua de São Pedro, próximo à Igreja de São Pedro. A Rua de São Pedro desapareceu com a reurbanização do centro do Rio de Janeiro para criação da Avenida Presidente Vargas. Pelo mesmo motivo a Igreja de São Pedro foi demolida em 1943. Essa famosa igreja, concluída em 1738, segundo o plano do engenheiro militar José Cardoso Ramalho, apresentava muitas singularidades. “Exemplo de planta complexa, com várias curvas entrosadas umas nas outras, mas ainda assim inclui os dois corredores laterais que, flanqueando o santuário, dão passagem direta da nave, de forma oval, à sacristia dos fundos. Na frente associa-se o semicírculo do pórtico de entrada aos dois círculos das torres laterais. A cobertura da nave central era uma cúpula” (João Bolthausen, *História da Arquitetura*, vol. V, p. 2942)

Germain Bazin, analisando fotografias antigas da igreja, conclui que “l’intérieur était revêtu de boiseries et de stucs, de style rococo tardif. Certains éléments du style, cependant, feraient croire à une date plus récente” (*L’Architecture Religieuse Baroque au Brésil*, tomo II, p. 54).

Por ocasião das demolições para a abertura da Av. Presidente Vargas tentou-se salvar a Igreja dos Clérigos. “Tentou-se a sua remoção para outro local por meio da aplicação de congelamento nas fundações, mas a operação fracassou e a igreja, de tamanho valor, não foi recuperada. (João Bolthausen, ob. cit., p. 2942).

1843

Nesse ano encontramos o Gabinete estabelecido na Rua da Quitanda nº 55, “um belo prédio de três pavimentos, de fachada azulejada e beiral de telhas de canal esmaltadas em Alcobaça” (Prof. Manoel Ferreira de Castro Filho, *Gabinete, Sacrário da Luso-Brasilidade*, p. 32).

“No seio das classes ilustradas da nação brasileira, também era geral o apreço a esta instituição, e bastará apontar entre os vultos ilustres que a protegeram, o grande estadista, Ministro da Justiça na Regência de Araújo Lima, Bernardo Pereira de Vasconcelos. Não era raro ver subir aquele que era alma de muitas situações políticas, as escadas, para ele tão difíceis, do estabelecimento, vir consultar as suas coleções e praticar com os empregados, dos progressos da instituição, que prezava como sua” (Reinaldo Carlos Montoro, 1872, *in* Castro Filho, *ob. cit.*, p. 32/3).

1850

Em abril, mudou-se o Gabinete da Rua da Quitanda, onde o espaço se tornara pequeno para abrigar o acervo, para a Rua dos Beneditinos nº 12, “um vasto sobrado”.

“Foram duros os anos de provação (1860 a 1866), em que muitas vezes faltavam os meios, aumentavam as dívidas, viu-se o futuro arriscado e cresceu a descrença nos mais delicados corações, pois a colônia, distraída por outras instituições, pouca atenção prestava a uma instituição de mero interesse instrutivo” (A.A. de Barros Martins, *in* Castro Filho, *ob. cit.*, p. 38).

1861

O Tesoureiro Júlio Ernesto de Castro e Sousa, em 1861, preconizava a obtenção de uma sede própria para o Gabinete: “Dê-se princípio ao patrimônio que deve destinar-se para tal fim; estabeleçam-se as bases que a experiência sugerir e teremos uma casa própria para o Gabinete” (*In* Castro Filho, *ob. cit.*, p. 34).

Em 24 de fevereiro do mesmo ano, o Diretor José Peixoto Faria Azevedo expunha aos acionistas:

“Em diversas sessões tem a Diretoria tratado da imprescindível necessidade de uma casa própria para o Gabinete. Hão-se esgotado todos os meios sugeridos pela sua boa vontade; infelizmente, porém, nenhum oferece probabilidades de êxito feliz” (*In* Castro Filho, *ob. cit.*, p. 34).

Duas razões aduz à necessidade de nova sede: “já pela insuficiência do edifício em que nos achamos, já porque finda brevemente o contrato de seu aluguel, que pode não ser renovado com as mesmas condições” (*ob. cit.*).

O proprietário do sobrado da Rua dos Beneditinos nº 12, sem recusar formalmente a renovação do contrato de aluguel, não se prestou a isso, mas assegurou que “mesmo independentemente de contrato, podia o Gabinete utilizar-se da casa pelo tempo que lhe aprouvesse” (ob. cit.).

1862

O principal problema que preocupa a Diretoria é o da “casa própria para a nossa biblioteca, com as condições requeridas, em estabelecimentos análogos”. E é proposto o aumento das ações, de 1.000 para 1.500, com o que se teria, “no fim do ano 20 ou 30 contos para base do capital ou patrimônio necessário à construção do edifício” (ob. cit., p. 35, 37).

1871

O “fundo para o edifício” já era de 3:025\$114 e 36 apólices, e a Comissão nomeada para apreciar o relatório da Diretoria foi de parecer que “com um empréstimo por meio de ações especiais e amortizáveis, vencendo juro módico, se conseguirá facilmente completar o capital para levar a cabo a grandiosa empresa que nós todos almejamos. A este empréstimo feito com as devidas autorizações, serviria de garantia o próprio edifício que será representativo muito excedente à dívida contraída”. Esse documento é datado de 25.06.1871 (Ob. cit., p. 42/43).

A 14 de julho desse ano, foi adquirido o prédio nº 28 da Rua da Lampadosa, onde havia funcionado o “Hotel São Pedro”, hospedagem preferida pelos artistas das companhias de teatro que se exibiam no Teatro São Pedro de Alcântara, que lhe ficava próximo. (Ob. cit., p. 45/46).

No Almanaque Laemert de 1870 encontramos mencionado o estabelecimento com a denominação “D. Pedro” e o nome da proprietária: “Hotel de D. Pedro, de M^{me} Henriqueta Rods, r. da Lampadosa, 28” (p. 656).

Foi também adquirido o prédio vizinho, de número 30, arrematado em “hasta pública por sete contos de réis, pagando-se por convenção particular ao proprietário quatro contos seiscentos e noventa mil réis, ficando tudo por dez contos seiscentos e dois mil e seiscentos réis com as despesas miúdas” (in Castro Filho, ob. cit. p. 45/46).

1872

Em carta de 19 de julho, enviada de Lisboa juntamente com o primeiro projeto do edifício do Gabinete, o arquiteto Rafael da Silva e Castro informa à Diretoria que “As acanhadíssimas proporções do terreno, pois só conto com 13,20 m de frente, não me permitiram desenvolver mais este trabalho como desejava” (Castro Filho, ob. cit., p. 46). Na mesma carta, diz o arquiteto: “Fachada principal do edifício – Conforme me foi recomendado, segui nesta fa-

chada, assim como em todo o edifício o estilo de arquitetura manuelino, seguindo com especialidade a arquitetura da Igreja dos Jerônimos” (ob. cit., p. 77).

1873

Para aumentar a testada dos terrenos, a Diretoria obteve, “pela quantia de Rs. 46 :546\$000 a posse dos prédios nºs 32 e 34 da mesma rua (da Lampadosa), conseguindo-se por esta forma capacidade para maior edifício, que tem de ocupar toda a frente do largo da Academia” (in Castro Filho, ob. cit., p. 47).

1874

Reforma dos Estatutos do Gabinete, que permitiu “elevar o capital de 25.000 ações ou 500 contos de réis, contrair empréstimo para a construção do edifício até 250 contos, e fazer hipoteca dos móveis adquiridos e da livraria computada em mais de 100 contos de réis, para garantia da mesma operação” (ob. cit., p. 50).

1879

Em 18 de junho, o Presidente Eduardo Lemos perante o Conselho Deliberativo apresenta o programa das comemorações do Centenário de Camões e esclarece que

“Ligar o nome de Camões ao nosso instituto por um laço perpétuo, um vínculo de pedra, foi o primeiro pensamento da diretoria. Neste intuito projeta-se com a maior solenidade da fundação da primeira pedra do edifício para nossa biblioteca no dia do memorável centenário. Camões e o infante D. Henrique, representados em belas estátuas de mármore e ladeando o pórtico de puro estilo manuelino daquele monumento erguido às letras, serão os patronos gloriosos da futura BIBLIOTECA PORTUGUESA NO RIO DE JANEIRO” (O Occidente, nº 85, 1881).

1880

Em virtude da aquisição dos prédios nºs 32 e 34 da Rua da Lampadosa, a testada do terreno passou de 13,20m para 22,35m, e o arquiteto Rafael da Silva e Castro modificou o projeto de 1872 para adaptá-lo às novas dimensões. Essa modificação implicou a substituição das janelas da fachada, que no primeiro projeto iam do primeiro ao último pavimento formando um grande

vital, pelas janelas que atualmente se vêem no edifício. O projeto definitivo do Gabinete é datado de Lisboa, 9/5/1880.⁴

Em 10 de junho, como parte das comemorações do terceiro centenário da morte de Luís de Camões, o Imperador D. Pedro II presidiu à cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Gabinete Português de Leitura. Compareceram também o Ministro do Império, Barão Homem de Melo, a Câmara Municipal incorporada, alunos do Liceu Literário Português, a banda de música do Clube Ginástico Português, o Comendador Bethencourt da Silva, fundador e Diretor do Liceu de Artes e Ofícios, e outras autoridades.

Discursou o Presidente da Diretoria do Gabinete, Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos.

Foi lançada nesse dia a edição comemorativa d'*Os Lusíadas* publicada pelo Gabinete. Revista pelo filólogo Adolfo Coelho, é precedida pelo estudo "Luís de Camões e a Renascença", de Ramalho Ortigão, e encerrada com uma "Notícia Histórica do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro", escrita por Reinaldo Carlos Montoro. A edição, que foi impressa em Lisboa contém um retrato de Camões desenhado por Columbano e um glossário. O primeiro exemplar foi oferecido ao Imperador D. Pedro II, o segundo ao Barão Homem de Melo, e 200 foram destinados a premiar estudantes das escolas públicas do Rio e das Províncias.

A Revista Ocidente, de Lisboa, referente ao ano de 1880, publicou notícia sob o título — *Medalha Comemorativa do Tricentenário de Camões, e de lançamento da Pedra Fundamental do Novo Edifício do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*:

"O Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro não se limitou só à bela publicação dos Lusíadas de que demos conta no nosso último número, também mandou cunhar uma medalha comemorativa do centenário de Camões, que a nossa gravura reproduz e que nos força a descrevê-la e que ao mesmo tempo celebra a colocação da pedra fundamental do novo edifício daquele estabelecimento. Desta medalha tiraram-se exemplares em cobre de que nos foi oferecido um que agradecemos, e sabemos que na galeria de El-Rei o Sr. D. Luís, na Ajuda, há um exemplar em ouro. É mais uma demonstração da importância e patriotismo daquela benemérita associação. Está bem gravada, mas infelizmente o desenho é assaz incorreto". (p. 143)

⁴ No balanço apresentado em 31/12/1880 figura o pagamento efetuado ao arquiteto: "Plantas do edifício pagas a Rafael de Castro — 561\$920". Quanto ao "arquiteto diretor das obras", figura no mesmo balanço o honorário de 3.300\$000.

A mesma revista publicou outra notícia sob o título *Apoteose de Camões – Regata na Baía de Botafogo*:

“No Brasil e especialmente no Rio de Janeiro, as festas do terceiro centenário de Camões tiveram um brilho verdadeiramente excepcional como devia ser tratando-se de honrar a memória dum gênio que falou numa linguagem herdada pelos dois povos, que pertence às duas nacionalidades, que é filho dos dois países pelo espírito pela raça e pelas tradições. Entre as festas levadas a efeito no Rio de Janeiro sobressaiu, como uma das mais brilhantes, a regata realizada na baía de Botafogo. Era magnífica a ornamentação da praia onde em elegantes pavilhões tocavam diversas bandas de música, e deslumbrante o aspecto da baía onde vogavam muitas lanchas, gôndolas e imensa quantidade de pequenos barcos de todos os tamanhos. O espetáculo da iluminação à noite é quase indescritível e da própria regata a nossa gravura feita sobre uma fotografia só pode reputar-se um ligeiro esboço.”(1880, p. 126)

1881

15 de novembro. Contratada em Lisboa, com Germano José de Salles, a parte inferior da fachada de cantaria do edifício — sede do Gabinete. O valor do contrato foi de “3:500\$000, metal, por 7 vãos de portais, 2 janelas e 4 botaréus, e mais 5\$000 por metro quadrado de forro de cantaria e 4\$500 por metro quadrado de degraus dos portais, ao todo aproximadamente 4:500\$000, moeda forte” (Prof. Manoel Ferreira de Castro Filho, ob. cit., p. 63, n. 23). Esse contrato foi posteriormente alterado, para fornecimento integral da cantaria para toda a fachada, ao invés de só para a parte inferior, e seu valor passou a ser, em consequência, de 11:000\$000 (ob. cit.).

1882

Em 18 de fevereiro publicado o decreto nº 3.034, que autoriza o Governo:

“conceder dispensa de direitos de importação de artefatos de pedra e de ferro, que se destinarem à construção da nova biblioteca do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro” (Castro Filho, ob.cit., p. 80/1)

Esse decreto facilitou a importação da bela fachada em pedra lioz de Lisboa.

Diz o Relatório de 1882 ao Conselho Deliberativo:

“Quanto às estátuas que devem guarnecer a fachada, foram ajustadas com o notável escultor José Simões d’Almeida Júnior, pela quantia de 4:500\$000; e pela execução das primeiras, as de Camões e Vasco da Gama, já sabemos que se deve esperar primoroso resultado” (ob.cit., p. 78, n. 44).

Neste ano de 1882, finalmente, conseguiu o Gabinete adquirir, pela elevada soma de 7:000\$000, o terreno dos fundos dos prédios nºs 32 e 34, que aumentou a área do imóvel do Gabinete em 48,00 m², totalizando assim aproximadamente 900,00 m².

1887

10 de setembro – Inauguração da sede do Gabinete Português de Leitura com a presença de Sua Alteza Imperial Regente, Princesa Isabel.

O Jornal do Comércio de sábado, 10/09/1887, publicou a seguinte notícia:

“Com grande solenidade inaugura-se hoje, quinquagésimo aniversário da fundação do Gabinete Português de Leitura, a parte do novo edifício manuelino à rua Luís de Camões, em que se acha a respectiva biblioteca”.⁵

O Almanaque Laemert de 1887 dá a seguinte notícia sobre o Gabinete: *“Fundado em 1837. Contém a biblioteca desta sociedade 31.000 obras (cerca de 62.685 volumes), compreendendo grande número de obras raras e manuscritos de valor. Tem à disposição dos acionistas, subscritores e visitantes 125 diversas revistas e periódicos literários, científicos, artísticos e políticos, em vários idiomas. A biblioteca está aberta das 9 horas da manhã até as 9 horas da noite, nos dias úteis; e até as 2 horas*

⁵ A mesma edição do Jornal do Comércio publicava também a seguinte declaração:

“A sessão comemorativa do quinquagésimo aniversário do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, honrada com a assistência de Suas Altezas a Sereníssima Princesa Imperial Regente e seu Augusto Esposo, presidida por S. Ex. o Sr. Ministro de Portugal, se efetuará no salão da biblioteca do edifício da sociedade, à rua Luís de Camões, no dia 10 do corrente, ao meio dia em ponto. A sessão constará da parte literária e gratulatória e da musical, esta executada por orquestra de 60 professores, sob a regência do sócio benemérito Sr. Comendador Arthur Napoleão. As senhoras da família dos convidados terão ingresso independente do bilhete. Os membros da diretoria e conselho deliberativo terão a honra de designar os lugares destinados aos sócios, corporações e cavalheiros que honrarem a associação com sua presença. Depois de terminada a sessão, será o edifício franqueado ao público até às 5 horas da tarde do dia 10, e das 11 às 4 dos dias 11 e 12. Secretaria do Gabinete Português de Leitura, em 7 de setembro de 1887. – A. Ferreira Ramos Sobrinho, 1º Secretário”.

nos dias santificados, e nos dias 31 de outubro, aniversário natalício do Sr. D. Luís I de Portugal, 2 de dezembro, aniversário do Sr. D. Pedro II, 1 de dezembro, aniversário da independência portuguesa, e 7 de setembro, aniversário da independência brasileira. Não se abre nos dias de Ano Bom, Corpus Christi, Espírito Santo, Natal e Domingo de Páscoa.

Admitem-se subscritores de todas as nacionalidades. A associação mandou construir em seus vastos terrenos à rua Luís de Camões um edifício para a sua biblioteca, onde poderão acomodar-se 200.000 volumes; terá salões de leitura, reuniões, conferências literárias e científicas, aulas, etc. As obras foram inauguradas em 10 de junho de 1880, data memorável do Terceiro Centenário de Camões. A biblioteca é franqueada aos jornalistas, escritores, professores e funcionários públicos de eleição ou por nomeação”. (p. 1601).⁶

O Jornal do Comércio de 11 de setembro publicou extensa notícia sobre a inauguração:

“Comemorando dignamente o quinquagésimo aniversário da sua fundação, o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro inaugurou ontem o formosíssimo edifício que construiu na rua Luís de Camões para sua biblioteca e salão de leitura.

A festa inaugural realizou-se com grande pompa e solenidade. Ao meio dia o vasto e magnífico salão central apresentava aspecto deslumbrante quer se voltassem os olhos para as riquezas e mimos da ornamentação do recinto, quer se estendessem pelo numerosíssimo concurso de senhoras e homens que ou formavam apertados círculos no salão e ou se debruçavam na dupla ordem de galerias que o rodeiam.

Achavam-se ali os Srs. ministros do império e da agricultura, membros do corpo diplomático e do consular, das câmaras legislativas municipal, da magistratura, do clero, de todas as classes comerciais, industriais e artísticas, e representantes de quase todas as associações literárias desta capital e da imprensa.

Pouco depois do meio-dia chegou S.A.I. a Sra. Princesa Regente acompanhada de seu augusto esposo o Sr. Conde d’Eu, os quais foram recebidos à porta do edifício pela diretoria do Gabinete e penetraram no salão ao som do hino nacional, executado pela orquestra da Socie-

⁶ Grande contraste entre o limitado horário atual e o observado pelo Gabinete no século passado: de 9 da manhã às 9 da noite nos dias úteis e, nos feriados e dias santificados (o domingo também era dia santificado), até às 2. Ao longo de todo ano, só em 5 dias deixava de abrir o Gabinete: Natal, Ano Bom, *Corpus Christi*, Espírito Santo e Domingo de Páscoa.

dade de Concertos Populares, sob a regência do maestro Arthur Napoleão.

Apenas Suas Altezas tomaram assento nas cadeiras que haviam sido colocadas debaixo de rico dossel, o Sr. Ministro de Portugal assumiu a cadeira da presidência da sessão, tendo à direita os Srs. ministros do império e da agricultura e à esquerda os Srs. J. C. Ramalho Ortigão, presidente do Gabinete Português, Ramos Sobrinho, secretário, e outros membros da diretoria. Teve também assento na mesa o Sr. Conde de S. Salvador de Matozinhos.

O presidente do Gabinete, pedindo vênha a S. A. I. a Princesa Regente, leu um discurso sobre o motivo daquela sessão solene, no qual recordou os intuitos da associação Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, mencionou os serviços prestados por grande número de cidadãos que têm concorrido para a prosperidade da associação e agradeceu o comparecimento da Princesa Regente, do seu augusto esposo e das demais pessoas presentes.

A orquestra executou então a abertura do Guarani, de Carlos Gomes.

O Sr. secretário do Gabinete Português leu em seguida um ofício do Sr. ministro de Portugal felicitando a sociedade por coroar de modo tão digno, como o fazia então, cinquenta anos de bons serviços às letras e ao nome português e terminando por comunicar que acabava de receber telegrama do governo português em que se lhe comunicava que S. M. Fidelíssima agraciara o Sr. J. C. Ramalho Ortigão, presidente do Gabinete Português, com a grã-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Esta notícia foi acolhida com aplausos gerais do auditório.

Seguiu-se, executada pela orquestra, uma lindíssima composição do Sr. A. Napoleão Allegro alla polaca, que produziu muito agradável impressão.

Então ergueu-se o distinto escritor português o Sr. José Duarte Ramalho Ortigão, e leu uma alocução notável pela elevação dos conceitos e pelo primor da linguagem.

Tomaram depois a palavra os Srs. Conde de S. Salvador de Matozinhos em nome da Sociedade Promotora da Criação dos Albergues Noturnos, Martins de Pinho em nome das Sociedades Portuguesa de Beneficência e Liceu Literário Português, Barão de Jari pela Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e muitos outros senhores em nome de diversas associações e corporações felicitando a diretoria do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro.

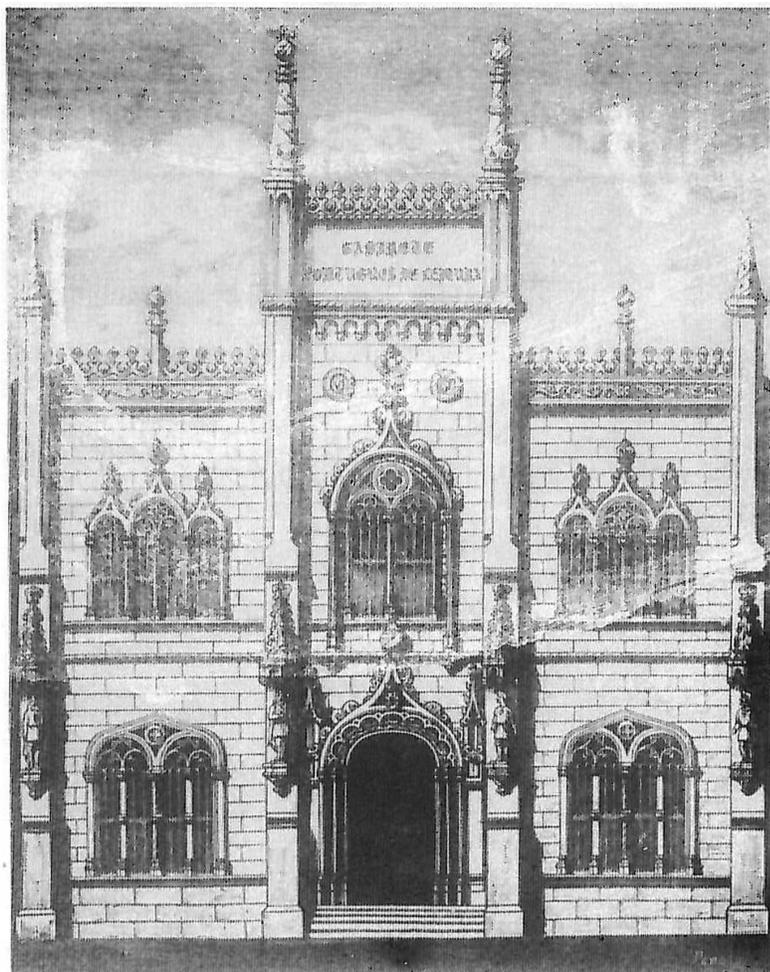
O Sr. J. C. Ramalho Ortigão pediu vênia a S. A. a Princesa Regente para encerrar a sessão.

O Sr. ministro de Portugal ergueu então vivas a S. M. o Imperador, a S.A.I. a Princesa Regente, à família imperial e à nação brasileira.

Correspondeu-lhe o Sr. ministro do império saudando S. M. El-Rei de Portugal, a família real, a nação portuguesa e o Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro.

Ao som do hino nacional português encerrou-se a sessão.

O edifício foi então visitado por S. A. a Princesa Regente, por S. A. o Sr. Conde d'Eu e por muitas das pessoas presentes."



Fachada do Edifício do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, segundo o Projeto do Architecto o Sr. Raphael de Silva Castro



Real Gabinete Português de Leitura – “Lustre de Biblioteca”